

OPINIÃO

ECONOMIA - BRASIL

EDITORIAL

Baixo poder de compra contém a retomada

Os objetivos da política macroeconômica do governo foram alcançados de modo inequívoco ao longo do primeiro semestre, como atesta o desempenho de seus indicadores mais relevantes. A firmeza demonstrada na gestão da política de metas da inflação consolidou no mercado a crença de que a equipe econômica assume o objetivo da estabilidade como condição fundamental para a retomada do crescimento. O êxito alcançado refletiu-se no comportamento da inflação, que se manteve de acordo com as metas, a despeito dos choques de oferta — tarifas dos serviços públicos corrigidas pela variação cambial, elevação dos preços do petróleo e das commodities em geral.

Além do sucesso obtido na estabilidade dos preços, o governo mostrou-se capaz de rígida disciplina fiscal, que foi responsável pela geração dos superávits necessários à sustentabilidade da relação dívida/PIB. Tudo isso reflete-se nos primeiros sinais positivos de elevação do nível das atividades.

Inicialmente estimulada pelo au-

mento das exportações, que mês após mês superam as previsões mais otimistas, a retomada econômica estende-se ao mercado doméstico, como se pode observar na expansão das vendas no varejo e na melhoria do emprego. Os prognósticos feitos no início do ano, de um crescimento não superior a 3% em 2004, sofrem alterações e já se admite que poderia chegar a 4% ou 4,5%.

Diante de colheita tão farta de boas notícias, longamente esperadas, indaga-se pela intensidade da recuperação do mercado doméstico nos próximos meses, no exercício de prever e planejar. Análises que se debruçam com atenção sobre os indicadores relevantes nesse contexto recomendam moderação, ante eventuais ímpetus de euforia.

Assim, por exemplo, as vendas acumuladas dos supermercados no primeiro semestre, segundo informa a Associação Brasileira de Supermercados

(Abras), quando deflacionadas pelo IPCA, apresentam crescimento de 0,1%. É a primeira vez desde fevereiro do ano passado que o setor apresenta um desempenho acumulado positivo. Em 2003, as vendas dos supermercados fecharam o ano com queda real de 4,7%. Assim, boa parte da expansão atual explica-se pelo mau desempenho da base

de comparação. A previsão do setor para 2004 é de um crescimento de 2%.

De acordo com a Abras, o crescimento das vendas não resulta do aumento do poder aquisitivo; foi pu-

xado pelos produtos sensíveis à oferta de crédito a custos menos elevados, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Já as vendas de produtos alimentícios apresentaram um desempenho ruim no primeiro semestre, quando o consumidor migrou para marcas com preços mais acessíveis.

É verdade que o nível de ocupação da mão-de-obra tem crescido — e há na

equipe do governo quem confie em que a taxa de desemprego, que recuou para 11,7% em junho, pelo segundo mês consecutivo, reduza-se em dezembro a um dígito. Ao mesmo tempo, o rendimento médio obtido pelo trabalhador cresceu, embora acumule queda de 0,5% nos últimos doze meses.

Não se questionam as previsões do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, de que se criarão 1,8 milhão de vagas de trabalho formal até o fim do ano. Ocorre, porém, que as contratações com carteira de trabalho concentram-se na faixa dos menores salários, acompanhando a tendência registrada entre 2000 e 2003, período em que a participação dos trabalhadores formais com recebimento mensal de até três mínimos elevou-se de 50,4% para 59,8% no total do emprego assalariado. Nas faixas de salários mais elevados, segundo analistas de recursos humanos, a tendência é de migração para a informalidade, o que redundará em queda do poder aquisitivo.

Uma previsão mais aderente à realidade, sobre a capacidade do merca-

do doméstico contribuir mais fortemente para a recuperação nos próximos meses, não pode estar dissociada do pano de fundo que conforma a renda dos trabalhadores e das empresas. A esse respeito, convém não esquecer o impacto das taxas de juros estratosféricas cobradas no crédito à pessoa física e jurídica e a brutal queda na renda provocada nos últimos anos pelo aumento das tarifas públicas. Como se sabe, a correção dos ativos das empresas privatizadas acompanha a variação cambial e quando há desvalorização da moeda ocorre o aumento automático dos preços públicos, e o seu reajuste é repassado ao consumidor final, ocorrendo, dessa forma, transferência de renda dos setores não indexados para os setores indexados.

O fortalecimento do poder de compra, necessário à recuperação doméstica, não prescinde da queda dos juros e de uma revisão nos mecanismos de indexação ainda presentes na economia.